

**PETIÇÃO 8.481 DISTRITO FEDERAL**

**RELATORA** : MIN. CÁRMEN LÚCIA  
**REQTE.(S)** : GREENPEACE BRASIL  
**ADV.(A/S)** : MARIA FERNANDA FERNANDES SIKORSKI E  
OUTRO(A/S)  
**REQDO.(A/S)** : RICARDO DE AQUINO SALLES  
**ADV.(A/S)** : FERNANDO AUGUSTO HENRIQUES FERNANDES

**DECISÃO**

*PETIÇÃO. REQUERIMENTO DE  
RETIRADA DO AMBIENTE VIRTUAL:  
RESOLUÇÃO/STF N. 642/2019. AUSÊNCIA  
DE PREJUÍZO AO REQUERENTE:  
INDEFERIMENTO.*

**Relatório**

1. Em 11.11.2020, determinei a inclusão da presente Queixa-Crime na sessão de julgamento virtual deste Supremo Tribunal, agendado para iniciar-se em 20.11.2020.

2. Em 16.11.2020, pela Petição/STF n. 97.935/2020, Greenpeace Brasil afirma que na espécie *“trata-se de Ação Penal Originária iniciada por Queixa. O Julgamento desse processo, não pode ser realizado em âmbito virtual, seja por falta de previsão normativa, seja pela importância da questão trazida a esse Egrégio Tribunal”* (doc. 25).

Requer *“a retirada do presente feito do Plenário virtual, devendo ser designada data para que o Plenário delibere, por vídeo conferência, sobre o recebimento da Queixa, de forma pública, na forma em que dispõe o § 2º do artigo 234 do Regimento Interno”* (doc. 25).

Examinados os elementos havidos no processo, **DECIDO**.

**PET 8481 / DF**

**3. Razão jurídica não assiste ao requerente.**

**4.** No inc. II do art. 4º da Resolução n. 642/2019, dispõe-se que “*não serão julgados em ambiente virtual as listas ou os processos com pedido de: II – destaque feito por qualquer das partes, desde que requerido até 48 (quarenta e oito) horas antes do início da sessão e deferido pelo relator*”.

Esse dispositivo legal submete o deferimento ou indeferimento do pedido de destaque ao relator, que verificará caso a caso a existência de situação jurídica a justificar o deferimento. Assim, por exemplo:

*“Verifica-se que, embora haja previsão para pedido de destaque seu deferimento está condicionado ao exame do relator.*

*Registro, inicialmente, que o julgamento em ambiente virtual não prejudica a análise da matéria, uma vez que a decisão recorrida, o voto do relator, bem como as demais peças processuais podem ser visualizadas por todos os Ministros, o que propicia uma ampla análise do processo. Por esse motivo, só excepcionalmente se justifica a concessão de pedido de destaque.*

*No caso, não vislumbro nenhuma especificidade no caso para justificar o julgamento presencial, mormente se levarmos em conta a discussão em tela é objeto jurisprudência pacífica na Corte.*

*Ante o exposto, indefiro o pedido de destaque”* (ACO n. 3.273-AgR, Relator o Ministro Dias Toffoli, DJe 12.8.2019).

**5. O requerente não demonstrou eventual prejuízo ou maior eficiência obtida em julgamento presencial/videoconferência.**

O uso de ferramentas tecnológicas para o exercício da jurisdição é adotado por este Supremo Tribunal como forma de se cumprir o postulado constitucional da celeridade processual.

Nele não há prejuízo ao direito de defesa, diferente do alegado pelo requerente, não havendo limitação nem prejuízo na análise do caso pelos Ministros.

**PET 8481 / DF**

No julgamento em ambiente virtual, o voto do Relator e as demais peças processuais podem ser visualizados pelos Ministros, a propiciar ampla análise do processo.

Não se tem, na espécie, excepcionalidade a justificar o julgamento presencial/videoconferência desta queixa-crime, pois o meu voto está embasado em consolidada jurisprudência deste Supremo Tribunal sobre a matéria.

**6. Pelo exposto, indefiro o requerimento de retirada deste processo da sessão virtual.**

**Publique-se.**

Brasília, 18 de novembro de 2020.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**  
Relatora